



Distração na praça

PARTIDOS Em meio à crise do coronavírus, procurador eleitoral dá aval a processo de cassação do registro do PT

POR RODRIGO MARTINS

Em meio a uma das mais graves crises do País, na qual o presidente da República vê a sua autoridade desafiada por integrantes do próprio governo, rebelados com a postura irresponsável do chefe diante da pandemia de coronavírus, um factoide revigorou o fôlego das milícias digitais bolsonaristas. O Ministério Público Eleitoral deu parecer favorável a uma ação movida pelo deputado federal Heitor Freire, do PSL no Ceará, que pede a cassação do registro do PT, sob a alegação de que a legenda recebeu recursos de origem estrangeira, o que é proibido pela Lei dos Partidos Políticos, de 1995.

No despacho, assinado digitalmente em 27 de março, mas só revelado pela mídia no sábado 4, o vice-procurador-geral eleitoral Renato Brill de Góes diz haver “indícios suficientes” do recebimento, por parte do PT, de recursos oriundos de empresas estrangeiras, a exemplo da Keppel FELS e da Toshiba, “inclusive para pagamento de despesas contraídas pelo próprio partido”. A conclusão baseia-se em delações da Operação Lava Jato, como os depoimentos de doleiro Alberto Youssef e de Mônica Moura, esposa do marqueteiro João Santana, responsável pelas campanhas de Dilma Rousseff em 2010 e 2014.

Youssef relatou “ter intermediado o pagamento de cerca de 800 mil reais em espécie, a pedido do diretor da

empresa japonesa Toshiba, ao Partido dos Trabalhadores, vinculado a contrato referente à execução de obra no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro”, observa Góes. Mônica, por sua vez, disse que o valor recebido por ela de Zwi Skornicki, representante do Grupo Keppel FELS, “teve por objetivo quitar débito do PT em relação à prestação de serviços para a campanha em 2010”.

Além de pedir à 13ª Vara Federal de Curitiba cópias dos depoimentos de Skornicki, Santana e Mônica, o vice-procurador-geral eleitoral também solicitou a oitiva de dois citados em

depoimento de Youssef: José Alberto Piva Campana, ex-executivo da Toshiba, e Rafael Ângulo Lopes, apontado como funcionário do doleiro.

Ao repisar velhas acusações da Lava Jato e alargar o entendimento sobre o financiamento externo de partidos, Góes reavivou nas redes sociais o antipetismo, adormecido diante da ruínoza condução na crise provocada pelo Covid-19. No início de março, quando o procurador-geral da República, Augusto Aras, o escolheu para atuar no Tribunal Superior Eleitoral, havia dúvidas se o nomeado



Holofotes. Brill de Góes é ligado ao procurador-geral Augusto Aras



TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 32

Vidas iguais. O poder
do dinheiro não pode decidir
quem vive ou morre



poderia causar dor de cabeça ao governo.

Em outubro de 2018, às vésperas da eleição, Góes foi enfático nas críticas ao então candidato Bolsonaro, que questionava a lisura do processo eleitoral. “Não aguento mais tanta baboseira referente à urna eletrônica. Fui procurador regional eleitoral por seis anos, o processo é sério e seguro”, escreveu. No ano passado, também compartilhou um editorial do *Estado de S. Paulo*, intitulado “Surto autoritários”, endereçado ao presidente. E fez questão de destacar um trecho: “Numa democracia, nenhum projeto de poder é legítimo se nele opositores são tratados como ‘terroristas’, se contra estes se ameaça usar força militar, se a imprensa livre é considerada inimiga e se sicários

digitais são incitados a destruir reputações alheias e a disseminar mentiras para confundir a opinião pública em favor da ideologia do presidente e de seu entorno”.

As dúvidas se dissiparam. Góes demonstrou seguir a cartilha de procurador-geral da República, sempre dócil

**A ação baseia-se
em denúncia
apresentada por
um deputado
bolsonarista**

De novo. O TSE negou no
passado pedido semelhante

em relação ao ocupante do Palácio do Planalto. Recentemente, Aras arquivou sumariamente um pedido de subprocuradores para obrigar Bolsonaro a seguir recomendações da Organização Mundial da Saúde no combate à pandemia. “O Estado brasileiro funciona normalmente, com técnicos empenhados no combate ao Covid-19”, justificou. “O governo, na figura do presidente, tem liberdade de expressão e goza de certas imunidades.”

Dificilmente o pedido de cassação do



PT deve prosperar no TSE. Por unanimidade, os ministros da corte eleitoral julgaram improcedente, no início de março, uma ação semelhante, que pretendia cancelar o registro do PT e outros oito partidos: MDB, PCdoB, PDT, PP, PR, PROS, PSD e Republicanos. Apresentada pelo desembargador Laercio Laurelli e pelos advogados Modesto Carvalhosa e Luis Carlos Crema, a representação baseava-se em delações da Lava Jato e mencionava repasses de empresas estrangeiras. Ao ler o seu voto, o relator Og Fernandes foi taxativo: “Eventuais desvios de conduta de dirigentes partidários na elaboração de esquemas criminosos direcionados à captação de recursos para as campanhas não podem *ipso facto* ser atribuídos aos partidos por eles representados para justificar severa sanção de cancelamento de registro das agremiações”.

Por meio de nota, o PT considerou “ultrajante” o despacho do vice-procurador eleitoral, a insistir em uma tese rejeitada pelo TSE. “Na história da República, somente em períodos de arbítrio partidos políticos tiveram seus registros cassados”, diz o texto, em alusão ao banimento

“É um atentado à democracia”, afirma o cientista político Cláudio Couto, da FGV

do Partido Comunista Brasileiro em 1947, durante o governo Dutra, totalmente aliado aos EUA no contexto da Guerra Fria. “O parecer do Ministério Público vai no sentido de calar a voz da oposição, atendendo aos desejos do governo, mas não tem base na lei ou nos fatos.”

Presidente do partido, a deputada Gleisi Hoffmann vê motivação política em toda a ação. “O PSL, sobretudo os deputados mais ligados ao presidente, tem no PT o seu principal adversário. E esse procurador é muito ligado ao procurador-geral da República, nomeado por Bolsonaro”, disse a *CartaCapital*. “Essa turma resolveu criar um fato político. Coincidentemente, a história surgiu às

vésperas de terminar o prazo para a filiação aos partidos. Talvez o objetivo seja esse, desincentivar as pessoas a se filiarem ao PT para concorrer nas eleições ou mesmo induzir migrações de nossos quadros para outras legendas.”

De acordo com Eugênio Aragão, ex-ministro da Justiça e advogado do PT, o parecer de Góes não demonstrou a origem estrangeira dos supostos recursos financeiros apontados, tampouco revelou a forma como eles foram destinados ao partido. “Além disso, a peça que deu origem a esse parecer, de autoria de um deputado bolsonarista, diz respeito ao Foro de São Paulo, um circuito de debates entre partidos de esquerda, e não à Lava Jato. O vice-procurador resolveu entrar com uma matéria que nem tinha sido aventada na inicial, que é a questão da Lava Jato e da campanha eleitoral de Dilma Rousseff”, diz. “O pedido é para fazer circo. No momento em que a péssima gestão da crise do coronavírus está vindo à tona, cria-se uma cortina de fumaça para distrair a atenção dos brasileiros sobre a desgraça que aflige o País.”

Na avaliação do cientista político Cláudio Couto, da FGV de São Paulo, a ação parece mesmo uma “forma velada de eliminar um competidor da cena política” por meio de ardis jurídicos. “É um atentado à democracia. Mesmo que dirigentes petistas possam ter cometido algum tipo de delito, isso não justifica a punição do partido como instituição. Cancelar o registro de uma legenda implica a redução do pluralismo político no País, pois ela representa um segmento da sociedade, um ideário”, afirma o professor. “O que a legislação prevê é a impossibilidade de uma organização política do exterior financiar partidos brasileiros. Essa é a ideia da lei. Agora tentam estender a interpretação de forma malandra, para abarcar supostas propinas pagas por multinacionais. Se o entendimento for aplicado a todos, quantas siglas sobreviveriam?”



Factoide. Talvez queiram desestimular as filiações ao PT, desconfia Gleisi Hoffmann

JARDIEL CARVALHO/FOLHAPRESS